

CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

08

SÉRIE  
Estudos de  
Direito Público



# Direito Tributário IV

—◆—  
Interpretação, obrigação e crédito tributário

Ilhéus-Bahia

  
Editora da UESC

2016



## Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA  
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

---

DIRETORA DA EDITUS  
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Andréa de Azevedo Morégula

André Luiz Rosa Ribeiro

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

José Montival Alencar Junior

Lurdes Bertol Rocha

Maria Laura de Oliveira Gomes

Marileide dos Santos de Oliveira

Raimunda Alves Moreira de Assis

Roseanne Montargil Rocha

Sílvia Maria Santos Carvalho

---

Copyright ©2016 by CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

Direitos desta edição reservados à  
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,  
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,  
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA  
Alencar Júnior

DIAGRAMAÇÃO  
Felipe Lavinsky

REVISÃO  
Genebaldo Pinto Ribeiro  
Paulo Roberto Alves dos Santos  
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

N244 Nascimento, Carlos Valder do.  
Direito tributário IV: Interpretação, obrigação e crédito tributário  
/ Carlos Valder do Nascimento. – Ilhéus, BA: Editus, 2016.  
148 p. – (Série Estudos de Direito Público; v. 08).

Inclui referências.  
ISBN: 978-85-7455-389-4

1. Direito tributário – Brasil – História. I. Título. II. Série.

CDD 343.0481

---

**EDITUS - EDITORA DA UESC**  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil  
Tel.: (73) 3680-5028  
[www.uesc.br/editora](http://www.uesc.br/editora)  
[editus@uesc.br](mailto:editus@uesc.br)

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

## Sumário

<b>Apresentação da série</b> .....	9
<b>Apresentação do volume</b> .....	11
<b>CAPÍTULO VIII – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA</b> .....	13
8.1 Acepção de Vigência .....	15
8.2 Vigência no Espaço e no Tempo .....	17
8.2.1 <i>Vigência no espaço</i> .....	17
8.2.2 <i>Vigência no Tempo</i> .....	18
8.3 Vigência de Normas Complementares .....	19
8.4 Fatos Geradores Futuros e Pendentes .....	21
8.5 Aplicação Retroativa .....	25
<b>CAPÍTULO IX – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA</b> .....	27
9.1 Sentido do Termo Interpretação .....	29
9.2 Métodos de Interpretação .....	29
9.3 Interpretação na Disciplina do Código Tributário Nacional ..	30
9.3.1 <i>Interpretação integrativa</i> .....	31
9.4 Princípios gerais do Direito Privado .....	34
9.5 Interpretação literal .....	36
9.6 Interpretação favorável ao contribuinte .....	37
<b>CAPÍTULO X – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA</b> .....	41
10.1 Conceito .....	43
10.2 Fato Gerador .....	43
10.3 Sujeito Ativo .....	44
10.4 Sujeito Passivo .....	44
10.5 Solidariedade .....	47
10.6 Capacidade Tributária .....	48
10.7 Domicílio Tributário .....	49

<b>CAPÍTULO XI – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA</b> .....	51
11.1 Conceito .....	53
11.2 Responsabilidade dos Sucessores .....	54
11.2.1 <i>Sub-rogação</i> .....	56
11.2.2 <i>Responsabilidade pessoal</i> .....	59
11.3 Fusão, transformação e incorporação .....	60
11.4 <i>Responsabilidade do adquirente</i> .....	62
11.5 <i>Responsabilidade de Terceiros</i> .....	63
11.5.1 <i>Responsabilidade solidária</i> .....	63
11.5.2 <i>Responsabilidade por substituição</i> .....	64
11.6 Responsabilidade por infrações .....	67
11.5.2 <i>Infrações da legislação tributária</i> .....	67
11.7 Crimes e contravenções .....	69
11.8 Exclusão por denúncia espontânea .....	71
<b>CAPÍTULO XII – CONCEITO E CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> .....	75
12.1 Definição de Dívida e suas várias acepções .....	77
12.2 Definição de crédito .....	77
12.3 Acepções de crédito .....	78
12.4 Formulações conceituais .....	79
12.5 Conceito de Crédito Tributário .....	81
12.6 Constituição de Crédito Tributário .....	84
12.7 Lançamento Tributário .....	85
12.7.1 <i>Aspectos conceituais de lançamento</i> .....	85
12.8 Modalidades de lançamento .....	94
<b>CAPÍTULO XIII – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> ...	101
13.1 Definição e causas .....	103
13.2 Moratória .....	104
13.2.1 <i>Noção conceitual</i> .....	104
13.2.2 <i>Concessão em caráter geral e individual</i> .....	105
13.2.3 <i>Requisitos e condições da moratória</i> .....	107

13.4 Depósito do montante integral .....	108
13.5 Reclamações e recursos .....	109
13.6 Medida Liminar e Mandado de Segurança .....	110
<b>CAPÍTULO XIV – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>113</b>
14.1 Introdução .....	115
14.2 Pagamento .....	116
14.3 Presunção de Pagamento .....	117
14.4 Lugar do Pagamento .....	118
14.5 Tempo do Pagamento .....	119
14.6 Acréscimo Moratório .....	120
14.7 Forma de Pagamento .....	121
14.8 Imputação do Pagamento .....	123
14.9 Consignação em Pagamento .....	123
14.10 Pagamento Indevido .....	125
14.11 Restituição dos Tributos Indiretos .....	128
14.12 Juros e Penalidades .....	129
14.13 Decadência da Repetição do Indébito .....	129
14.14 Prescrição da Ação Anulatória .....	130
14.15 Demais Modalidades de Extinção .....	132
14.16 Transação .....	133
14.17 Remissão .....	134
14.18 Decadência .....	135
14.19 Prescrição do Crédito Tributário .....	136
<b>CAPÍTULO XV – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>137</b>
15 Definição .....	139
15.1 Isenção .....	140
15.1.1 <i>Supressão da isenção</i> .....	143
15.1.2 <i>Condições e requisitos</i> .....	144
15.2 Anistia .....	144
15.2.1 <i>Anistia ampla</i> .....	145
15.2.2 <i>Anistia limitada</i> .....	146

## **Apresentação da série**

A Universidade Estadual de Santa Cruz, movida pelo desejo de sistematizar e colocar à disposição do público acadêmico a obra do professor Carlos Valder do Nascimento, um dos docentes da Casa na área jurídica com maior produção publicada, decidiu fazer uma coletânea de seus trabalhos, fartamente conhecidos no país, mas pouco explorados pela comunidade acadêmica interna.

Os estudos constantes do presente livro formam a obra intitulada Série ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO desvelados pela essencialidade de sua doutrina. Referem-se a diversos trabalhos escritos pelo referenciado no campo da pesquisa e do magistério a partir de 1983 e, portanto, correspondente a sua trajetória de mais de três décadas no Departamento de Ciências Jurídicas desta Universidade.

O **oitavo volume** da série, sob o título de **Interpretação, obrigação e crédito tributário**, constitui-se dos seguintes artigos: Vigência e aplicação da legislação tributária; Interpretação e integração da legislação tributária; Obrigação tributária; Responsabilidade tributária; Conceito e constituição do crédito tributário; Suspensão do crédito tributário; Extinção do crédito tributário; exclusão do crédito tributário.

O trabalho exaustivo de pesquisa levou o autor a um patamar elevado em face da natural repercussão dos pontos de vista esposados e pela diversificação de sua obra com trânsito por diversos ramos do conhecimento jurídico. Assim, pôde, ao longo do tempo, participar diretamente das discussões dos mais variados temas polêmicos enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo por este várias vezes citado em seus julgados, credenciando-o como um autor acatado no cenário jurídico brasileiro.

Daí, a observação do jurista Ives Gandra da Silva Martins:

Conheço Carlos Valder há mais de trinta anos. Jurista de prestígio nacional e autor de sólida obra no campo do Direito Tributário -- alguns em co-autoria comigo --, granjeou como advogado, professor e jurista, desde o início de sua carreira, conhecimento de seus pares e admiração pela objetividade e segurança com que sempre tratou dos temas a que se dedicou e sobre os quais escreveu.

É um professor de Direito com a preocupação de preservação do direito de defesa dos valores democráticos e um idealista, que vê na cátedra forma de colaborar com o desenvolvimento do País...<sup>1</sup>

Não bastasse isso, a doutrina que desvela na formulação de suas teses jurídicas, bem construídas, como foi o caso da coisa julgada inconstitucional, lhe valeu a devida notoriedade. Além disso, tantas foram as contribuições, visando à formação do convencimento dos magistrados, reveladas no número da expressiva jurisprudência que têm dado primazia as suas manifestações doutrinárias, seja pelos tribunais superiores, seja pela justiça de primeiro grau. Tem sido igualmente citado em várias obras de conceituados juristas pátrios.

Cabe ressaltar que, ao longo da sua profícua carreira acadêmica, a ser finalizada no próximo ano, grande foi a sua participação no debate oral e escrito de temas polêmicos e relevantes do cenário jurídico brasileiro.

Como consequência desse esforço acadêmico empreendedor, é que se pode colher, contemporaneamente, o fruto do seu labor forjado no amadurecimento profissional e, em verdade, dessa vontade persistente nasce uma coletânea reveladora do fôlego produtivo do docente, em razão do seu conteúdo substantivo.

---

<sup>1</sup> MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Emenda dos precatórios:** fundamentos de sua inconstitucionalidade. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 9. Prefácio.